

P.5
20 NOV 1986
CORREIO BRAZILIENSE

Senado ainda resiste à comissão de Ulysses

A emenda constitucional para limitar a uma comissão legislativa a tramitação de leis ordinárias durante a Constituição, proposta pelo deputado Ulysses Guimarães, vai dominar os trabalhos do Congresso neste final de legislatura, ao lado do exame do orçamento da União e do plano de investimentos plurianual.

O presidente do PMDB chegou a Brasília engajado na tarefa de procurar apoios para sua proposta, pois considera altamente inconveniente o funcionamento concomitante da Constituição com o Congresso, o Senado e a Câmara, pelos conflitos de poder que acarretaria, pelo retardamento inevitável dos trabalhos constitucionais e até pela falta de espaço físico e de funcionários para atender tudo ao mesmo tempo.

Já na conversa que teve terça-feira com o presidente José Sarney a questão foi abordada por Ulysses Guimarães. Segundo relatou, "o Presidente participa das minhas preocupações e acha correta nossa proposta". No entanto, Sarney não comprometeu apoio formal do governo à criação da comissão legislativa. "O Presidente entende que esse problema é especificamente do Congresso. Eu entendo que ele pode apoiar esse trabalho na área dele, pois sei que seu desejo é de que haja grande eficiência e rapidez na elaboração da nova Constituição", disse Ulysses Guimarães.

O grande problema para aprovar a emenda está no Senado — muitos senadores pensam que a comissão legislativa, sendo unicame-



ral, poderia plantar o germe do unicameralismo entre os constituintes. O senador Fernando Henrique Cardoso, reeleito pelo PMDB em São Paulo, informou que Ulysses já aceita uma comissão legislativa bicameral, embora considere que isso traria apenas complicação para sua tarefa.

Fernando Henrique procurou ontem à tarde o presidente do PMDB e, após longa conversa "sobre a política paulista", colocou-se à disposição de Ulysses para articular apoios à emenda constitucional e convencer senadores de sua conveniência. Segundo afirmou, se os senadores aceitarem a comissão bicameral, será necessário estabelecer também um rodízio entre seus membros, para não deixar nas mãos de uns poucos a força imensa que significa o poder de revisão de toda a legislação ordinária.

Na opinião do senador paulista, há um argumento capaz de vencer as resistências de seus colegas: é melhor aprovar isso agora, mediante um acordo que garanta os dois terços de votos necessários em cada Casa do Congresso, do que deixar a solução para a própria Constituinte, que pode decidir por maioria simples, e unicameralmente, a criação da comissão. "Os senadores não vão querer ser derrotados no ple-

nário da Constituinte pelos deputados. Acho que o acordo sairá agora", disse Fernando Henrique. Para isso o Congresso terá até 5 de dezembro, quando começa o recesso e praticamente termina a atual legislatura.

PROPOSTAS

Em entrevista coletiva em seu gabinete, o deputado Ulysses Guimarães esclareceu ontem que não propôs submeter a nova Constituição a referendo popular, como se publicou na imprensa após entrevista que deu a jornalistas estrangeiros. "O que proponho é introduzir na Constituição a possibilidade de o próprio povo, através de abaixo assinados significativos e bem regulamentados, solicitar plebiscito sobre legislação comum de grande relevância e que cause polêmica na sociedade", explicou. Como exemplo, citou plebiscitos realizados na Itália a respeito do divórcio e do aborto, "ambos confirmando a decisão do Legislativo".

Mais longe ainda, Ulysses defende, para a nova Constituição, que se dê ao eleitor o direito da iniciativa de propor leis, também pelo mecanismo do abaixo assinado. "Por que só os parlamentares e o governo podem propor leis? O povo pode mais do que apenas votar", afirmou o presidente do PMDB.

Quanto à possibilidade de submeter a nova Constituição a referendo popular, Ulysses reconheceu que o assunto está em discussão dentro do partido, mas não há consenso e ele ainda não tem posição pessoal a respeito.